



Presidente **p.11**

Marco António Costa
em entrevista

“O País vive o momento da verdade: ou saímos do resgate, ou regredimos”



Parlamento **p.13**

PSD pretende aliviar o esforço dos portugueses

Povo Livre



nº 1802

30 de Outubro de 2013

Director: Miguel Santos

Periodicidade Semanal - Registo na ERC

nº 105690 - Propriedade: PSD

Prometer resultados sem sacrifícios é populismo demagógico

Economia e
Justiça Social

Jornadas Parlamen

3



Economia e
Justiça Social



Jornadas Parlamentares - 28 e 29 de Outubro de 2013

O Presidente do PSD no encerramento das Jornadas Parlamentares

Debate Quinzenal do Primeiro-Ministro

“A economia precisa de menos ajuda externa”

Como sempre e pontualmente, às 10 horas Pedro Passos Coelho, iniciou o debate falando do financiamento à economia. “Existe um excedente sobre o exterior que se tem vindo a consolidar”.

“No seu conjunto a economia estará menos necessitada de ajuda do exterior. É um sinal importante que se deve não só à forma como o governo se tem mostrado intransigente na sua determinação de diminuir as despesas, mas que tem a ver com a forma como as nossas empresas têm ganho quota de mercado. Vir a representar cerca de 50% do Produto Interno Bruto (PIB) virado para as exportações será possível. A banca tem sido capaz, ainda que lentamente, de ter um maior volume canalizado para as empresas e para as famílias”, em mais 5% em relação ao período homólogo, segundo o Primeiro- Ministro, que elencou os vários programas e linhas de crédito disponíveis para as empresas.

O Primeiro-ministro fez menção das palavras do presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, sobre as verbas do Banco Europeu do Investimento, que poderão ser canalizados para a economia portuguesa.

Este foi o primeiro debate com o Governo no Parlamento, após a discussão em plenário do Orçamento Rectificativo.

O debate quinzenal aconteceu poucos dias depois de ser conhecido que, no Conselho de Ministro da semana passada, o Governo deliberou que não há “meios necessários e suficientes” para que os trabalhadores do Estado possam receber o subsídio de férias na sua totalidade em Junho, conforme a legislação em vigor no âmbito do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas e que, portanto, seria pago em duodécimos, no Estado; e à escolha dos trabalhadores, no Privado.

Na quarta-feira, o primeiro-ministro disse haver dinheiro para os subsídios de férias e de Natal, mas que só depois de publicado o Orçamento Rectificativo haverá condições legais para proceder ao pagamento.

Passos Coelho lembrou e reiterou que no último debate tinha dito – e repetia – que “Não tenho capacidade para desmentir o nível de desinformação que vai grassando no debate público. Não há nenhum corte previsto de 10% nos reformados e pensionistas. O que está previsto é a convergência das pensões da Caixa Geral de Aposentações para o regime geral da Segurança Social”.

António José Seguro (PS)

António José Seguro (PS) criticou a falta de estratégia do governo, apesar dos mecanismos orientados para o financiamento da economia, a necessidade de capitalização. “O Estado tem 3 mil milhões de dívidas vencidas”, notou o líder do maior partido da oposição.

“Por que teima em não pagar os subsídios na totalidade aos funcionários públicos?”, perguntou Seguro.

Passos Coelho rejeitou a afirmação de Seguro quanto às dívidas e lembrou que, dos quase 5 mil milhões que encontrou, feitas pelos socialistas, este Governo tem vindo a pagá-las e – simultaneamente – a gerir em tempo útil as despesas do Estado e a encontrar soluções para o caos que herdou.

Sobre a contracção do mercado interno, referida por António José Seguro na sua primeira intervenção, o PM referiu que à medida que a poupança aumenta mais aumenta a possibilidade desse rendimento possa ser canalizado para investimento ou para o consumo. “Nem sempre ter um pujante consumo interno é sinónimo de crescimento sustentado”.

“...E pagaremos em Novembro”, afirmou o PM, “o subsídio de férias que não será pago este mês”.

José Seguro, que parece ter escolhido um estilo peculiar para estes debates, que é falar com dureza extrema, mas sobre assuntos que não passam de “fait divers”, disse ao PM, sobre eventuais privatizações, que “Não ouse privatizar a Caixa Geral de Depósitos. Qual é o compromisso que o Governo assumiu, e que consta do relatório do FMI? Há um compromisso claro que passar para a Parpública este activo importante para intervir

no sistema financeiro e instrumento vital da nossa economia. Mal do Governo que negocia com a “troika” e esconde questões relevantes dos portugueses”.

Passos Coelho respondeu que nada está escondido dos portugueses e a Caixa alienará partes da sua estrutura que não correspondem à sua vocação de Banco.

“Ao senhor é-lhe atribuído o maior aumento do desemprego em democracia”, acrescentou Seguro.

As palavras do líder do PS foram recebidas com um “Não, senhor deputado: o desemprego começou a aumentar percentualmente mais que agora, no vosso Governo” por Passos Coelho e é a vossa actuação que nele deixou a sua marca geradora...”

PCP – Jerónimo de Sousa

Esgotada a “Cassette” do “Imperialismo americano” e “dos Melos e Champalimauds”, os comunistas gravaram a ária habitual, que fundamentalmente salienta a maldade dos “grandes interesses”, o Governo como “inimigo do Povo” e que o “Governo não precisa da austeridade e que se ela não existisse o País iria, subitamente, progredir” e assim nos dá a grande notícia: ao contrário do que se pensa, o PC é profundamente católico e acredita em milagres da Senhora de Fátima!

Assim, Jerónimo de Sousa (PCP) criticou o PM, por ter dito que não existia dinheiro para pagar aos funcionários públicos, mas existia dinheiro para contratos ‘swap’ e saldar as dívidas do Banif.

Passos Coelho afirmou que sempre esteve previsto o pagamento para Novembro ou Dezembro do segundo subsídio.

E o habitualmente calmo e elegante Jerónimo, talvez lembrando-se de Cunhal - que faria 100 anos! – disse, bem alto: “Tem de pagar já [o subsídio de férias] e se não o fizer, entenderemos isso como uma tentativa de vingança contra os trabalhadores e reformados e uma vingança contra o Tribunal Constitucional!”

Bloco de Esquerda – Catarina Martins

Catarina Martins (1/2 Coordenadora do BE) abordou as conclusões do relatório do FMI à sétima avaliação da troika. “Crescer, só cresce mesmo o desemprego e a pobreza”, afirma, lembrando o relatório do Eurostat conhecido hoje, mas sem dizer que o relatório, em realidade, contraria essa afirmação.

Catarina, com muito menos elegância falar do que a vestir, recorreu a ataques pessoais, para ferir o Governo, afirmando que “...agora que se conhece a auditoria e os relatórios especulativos tóxicos na REFER, como é que a secretária de Estado do Tesouro, Maria Luís Albuquerque, continua no governo?”.

Passos Coelho respondeu que “Aquilo que era considerado tóxico pelo IGCP não está o que foi negociado pela então directora financeira da REFER. Desde que esta matéria veio a público, a senhora secretária de Estado do Tesouro pôs o seu lugar à disposição. Não aceitei o





pedido de demissão e só o faria se tivesse fundadas dúvidas de que a sua permanência no governo lesasse o Estado”.

CDS/PP, Nuno Magalhães

O presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP disse aprovar as medidas de crescimento -- linhas de crédito e reforma do IRC até ao fim do ano -- para dinamizar a economia e disse que, no entanto, é preciso contrariar algumas atitudes de dúvida quanto ao sucesso da “performance” de Portugal, relativamente à actuação dos parceiros internacionais,

“que pode afectar a credibilidade junto de investidores internacionais”.

Passos Coelho respondeu, afirmando que “Começam agora a aparecer sinais de que os mercados estão a começar a financiar a economia” e a Comissão Europeia aceita, e afirma que é preciso “olhar para estas situações com flexibilidade”.

Luís Montenegro, PSD

Luís Montenegro (PSD) iniciou a sua intervenção abordando a greve dos professores, que poderá afectar a realização dos exames, nomeadamente o de

segunda-feira. O deputado disse à presidente da Assembleia da República que prescinde do seu tempo para conhecer a opinião do deputado António José Seguro sobre a greve dos professores.

Passos Coelho deixou, na última intervenção, respostas a vários temas levantados ao longo do debate, nomeadamente a greve aos exames e avaliações. “Há desproporção entre o direito à greve e o interesse público”.

“Assumo aqui publicamente o compromisso de mudar a lei impedindo que as famílias e estudantes sejam afectados”. O Primeiro-Ministro anunciou assim que

pretende alterar a lei da greve, desta forma, fechando o debate quinzenal no Parlamento sobre “questões políticas, económicas e sociais” com uma posição pública sobre a greve dos professores aos exames e avaliações. “Há desproporção entre o direito à greve e o interesse público”.

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho sustentou que o Governo PSD/CDS está a ter sucesso na redução do défice das contas públicas e, simultaneamente, lançou as sementes de um crescimento sustentável.

“Nós conseguimos reduzir o nosso défice e, ao mesmo tempo, nós conseguimos lançar as sementes de um crescimento que queremos seja sustentável”, afirmou Pedro Passos Coelho, durante o debate quinzenal, no parlamento, em resposta ao líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro.

O Primeiro-Ministro reclamou ainda que durante o mandato do actual executivo houve uma correcção do desequilíbrio externo e defendeu que Portugal não pode recuar nas políticas de rigor orçamental: “Podemos crescer duradouramente em cima disto, evidentemente, se não recuarmos nas nossas políticas”.

“Se se alimentar perante o País a ilusão de que teremos nos próximos anos, com este Governo ou com qualquer outro, disponibilidade para fazer reverter estas políticas, então nem este programa nós conseguiremos concluir”, reforçou.*

Seguiu-se, após breve pausa, o debate sobre o Conselho da Europa que começaria menos de 48 horas depois, em Bruxelas, com a presença do Primeiro-Ministro. - **Fonte: Povo Livre, RTP1, DN**



Debate Quinzenal do Primeiro-Ministro

Aprovado o 2º Orçamento rectificativo com incentivos à criação de postos de trabalho

No passado dia 25, a maioria parlamentar PSD/CDS aprovou, no Parlamento, no parlamento, na generalidade, a proposta de Lei que altera o Orçamento do Estado para 2013 pela segunda vez, depois de em Maio ter sido conhecido o primeiro Orçamento Rectificativo.

A proposta de lei que altera pela segunda vez o Orçamento do Estado deste ano foi apresentada a 15 de Outubro, em simultâneo com a entrega do orçamento para o próximo ano, na Assembleia da República.

O diploma aumentou os limites para a aplicação da taxa mínima de IRC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoa Colectiva às empresas registadas na zona franca da Madeira.

Na proposta de alteração ao Orçamento do Estado para 2013, o Governo introduziu mudanças no Estatuto dos Benefícios Fiscais, subindo os limites máximos para que as empresas com sede no Centro Internacional de Negócios da Madeira possam beneficiar da taxa reduzida de 5% em sede de IRC.

Assim, a taxa reduzida de 5% prevista para as empresas licenciadas para operar na zona franca da Madeira apenas é aplicada a limites de matéria colectável, que são determinados em função do número de postos de trabalho criados, e que foram agora elevados.

Com o aumento dos limites introduzidos, as empresas

que criem até dois postos de trabalho beneficiam da taxa de 5% relativamente à matéria colectável até aos 2,73 milhões de euros, aplicando-se a taxa normal à matéria colectável que exceda esse valor, por exemplo.

O primeiro Orçamento Rectificativo para 2013 tinha sido entregue em Maio, na sequência da reprovação do Tribunal Constitucional de várias normas inscritas no diploma inicial do Orçamento, incluindo a suspensão dos subsídios de férias e de Natal para a função pública.

A segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2013 foi aprovada com os votos a favor da maioria parlamentar PSD e CDS-PP, e os votos contra de toda a oposição.

PS, PCP, Bloco de Esquerda (BE) e Os Verdes votaram contra o segundo orçamento rectificativo deste ano, apenas uns meses após o Governo ter feito a primeira alteração, na sequência do chumbo do Tribunal Constitucional a quatro normas do orçamento (entre elas a suspensão do subsídio de férias a trabalhadores em funções públicas e pensionistas) que causavam um aumento de défice nas contas, na ordem dos 1.326 milhões de euros.

No debate que antecedeu a votação, Maria Luís Albuquerque explicou aos deputados que esta segunda alteração do orçamento acontece porque as poupanças esperadas com a execução de fundos comunitários fica-

ram abaixo do esperado, a receita com a concessão de portos passou a estar prevista para 2014, e foi revista em baixa a receita contributiva para a Caixa Geral de Aposentações.

Do lado da despesa, foi preciso transferir mais dinheiro do orçamento para a Caixa Geral de Aposentações para compensar a perda de receita contributiva, também foi necessário transferir mais dinheiro para a União Europeia, devido aos reforços feitos no orçamento comunitário, e para a Segurança Social, para cobrir maiores encargos com pensões.

Apesar destes factores a agravar as contas, Maria Luís Albuquerque garante que as contas do Estado estão no bom caminho e que, para compensar estes desvios face às estimativas do primeiro rectificativo, o Governo já anunciou o regime excepcional de regularização de dívidas fiscais e à Segurança Social.

O Governo conta também com uma melhor receita fiscal que a esperada e menores encargos com juros. - Lusa



Cimeira Europeia depois do Verão discute reforço da economia digital



Os líderes europeus encontraram-se no dia 24 em Bruxelas, na primeira cimeira depois do verão, para discutir propostas para reforçar a economia digital, a implementação da união bancária e a coordenação de políticas económicas e de apoio ao emprego.

Nesta reunião, cujo início estava marcado para as 17:00 (16:00 em Lisboa), Portugal esteve representado pelo Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, que antes participou na tradicional míni-cimeira do Partido Popular Europeu que antecede os Conselhos Europeus.

A primeira sessão de trabalho deste Conselho Europeu, que não tem em agenda nenhuma discussão específica sobre os países sob resgate, será dedicada ao reforço da economia digital e à definição de uma estratégia para aumentar a competitividade tecnológica e de inovação face aos Estados Unidos e à China, países que lideram nestes sectores.

A Comissão Europeia quer combater a fragmentação que existe neste sector a nível europeu, assim como a grande quantidade de operadores, e prevê ter a funcionar em pleno em 2015 um mercado único digital.

Neste primeiro ponto, os chefes de Estado e de Governo dos 28 Estados-membros deverão ainda abordar o pacote legislativo da Comissão para reforçar a protecção de dados pessoais dos cidadãos, na sequência da polémica em torno da espionagem das autoridades norte-americanas a organizações e personalidades internacionais.

Durante o jantar, que contou com a presença do presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, os líderes europeus avaliaram os progressos feitos na aplicação dos programas de apoio ao emprego jovem, a implementação do mecanismo único de supervisão e de resolução de crises, os fundos de

apoio aos bancos e os testes de 'stress' previstos para 2014.

Na quarta-feira, numa entrevista à Bloomberg, Draghi desdramatizou eventuais 'chumbos' por parte de instituições bancárias e considerou que isso, caso aconteça, demonstrará a credibilidade do exercício de avaliação, salientando contudo que os Estados e os investidores privados deverão estar em condições de ajudar.

Por outro lado, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, defendeu no debate preparatório do Conselho Europeu, que a união bancária europeia não ficará completa sem um fundo de garantia de depósitos.

Em cima da mesa neste Conselho Europeu esteve também a iniciativa Comissão Europeia/Banco Europeu de Investimento para melhorar o financiamento às pequenas e médias empresas, cujas contribuições por parte dos países (o programa é voluntário) terão de ser comunicadas até ao fim de Novembro.

Na quarta-feira, durante o debate preparatório no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, o presidente da Comissão Europeia afirmou-se "desapontado" com a falta de ambição dos Estados-membros em matéria de financiamento da economia, e designadamente de apoio às pequenas e médias empresas, sublinhando a importância da fluidez do crédito.

Quanto ao reforço da coordenação das políticas económicas entre os 28, não são esperadas decisões de grande relevo neste encontro em Bruxelas, um 'compasso de espera' que muitos atribuem ao processo de formação do novo executivo na Alemanha, que ainda decorre e deverá prolongar-se por mais algumas semanas.

Já na sexta-feira de manhã, os líderes europeus terão uma última sessão de trabalho para discutir o problema dos fluxos migratórios na zona de Lampedusa e os recentes naufrágios

que tiveram lugar e ainda para preparar a cimeira da Parceria para o Leste, que terá lugar em Vilnius, na Lituânia, a 28 e 29 de Novembro.

O Conselho Europeu começou com uma sessão de trabalho para discutir formas para aumentar a competitividade no sector digital, mas foi algo ensombrado pela polémica em torno dos casos de espionagem pelos Estados Unidos.

Por isso teve maior relevo, durante a sessão de trabalho, a proposta da Comissão Europeia para reforçar a protecção de dados dos cidadãos e as revelações sobre a espionagem dos Estados Unidos a vários países e personalidades europeias.

Na quarta-feira, o Governo alemão anunciou que o telemóvel da chanceler Angela Merkel poderia ter sido "vigiado pelos serviços secretos norte-americanos", o que entretanto foi negado por Barack Obama numa conversa telefónica com a líder alemã.

Merkel disse entretanto que caso estes indícios de espionagem se venham a confirmar isso representará um "golpe sério" nas relações entre Berlim e Washington, depois de no início da semana terem surgido notícias sobre escutas das autoridades norte-americanas a milhões de números de telefone em França.

A chanceler alemã e o Presidente francês, François Hollande, encontraram-se hoje antes do início do Conselho Europeu para discutir a questão das escutas.

Hoje, em Bruxelas, o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, sublinhou a este propósito que, na União Europeia, o direito à privacidade é "fundamental", lembrando os combates contra "o totalitarismo" na Europa no século XXI.

No jantar agendado para hoje, que contará com a presença do presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, os che-



fes de Estado e de Governo vão abordar ainda a implementação dos novos mecanismos de supervisão do sistema financeiro, no âmbito da união bancária, o processo de avaliação aos bancos e os testes de 'stress' marcados para 2014.

O primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, defendeu na quarta-feira que a união bancária europeia não ficará completa sem um fundo de garantia de depósitos e disse não ter nada "a temer" em relação à estabilidade do sistema financeiro português.

Os programas de apoio ao emprego jovem, o reforço da coordenação das políticas europeias e o financiamento da economia, designadamente a iniciativa da Comissão Europeia e do Banco Europeu de Investimento, são outros dois pontos que serão abordados neste jantar. - Fonte: Lusa

Nota da Redacção: É preciso ter em conta que os Estados Unidos não têm um programa de espionagem de conversas e mensagens específico a "A" ou "B". O que acontece é que, depois de 11 de Novembro, activaram e ampliaram o programa informático "Echelon" que, em computadores de extraordinária capacidade (a princípio e de nosso conhecimento eram os "Cray"), escuta e regista aleatoriamente todo o espectro das comunicações por satélite; e que, se detectar uma, entre certo número de palavras introduzidas na memória do computador, como por exemplo "explosivos", "armas", "atentado" ou quaisquer outras que possam ser relativas, mesmo vagamente, a acções terroristas, foca a sua atenção, automaticamente, sobre essas comunicações e vigia-as com mais demora, gravando-as e alarmando os analistas responsáveis, para as estudarem. É como um acender automático de uma luz focada sobre um determinado ponto. Claro que são "escutados" milhões de telefonemas e que conversas inocentes podem ser tomadas por combinações de terrorismo, barradas de entrar nos Estados Unidos ou investigadas por meios humanos.

Durão Barroso considera que os sinais da retoma da economia europeia, ainda que frágil, são encorajadores para Portugal

O presidente da Comissão Europeia considerou hoje que os sinais da retoma da economia europeia, ainda que frágil, são encorajadores também para Portugal, pois os seus principais parceiros comerciais estão na Europa e o País precisa de investimento externo.

Falando à imprensa portuguesa no final do primeiro dia de trabalhos da cimeira de chefes de Estado e de Governo iniciada na quinta-feira em Bruxelas, José Manuel Durão Barroso apontou que, neste Conselho Europeu, a discussão já "não teve o dramatismo de outras discussões", quando a Europa estava "em situação de crise ou de emergência", sendo possível debater num cenário de uma progressiva recuperação da economia europeia, que, frisou, "interessa imenso a Portugal".

"Já não se está naquela atmosfera de crise, de emergência, mas está-se num am-

biente de criação de condições sustentáveis para o crescimento e o emprego, e isso é que é importante para os nossos cidadãos", disse, apontando que os últimos dados já disponíveis do último trimestre relativamente à economia europeia "confirmam a tendência do segundo trimestre, ou seja, uma retoma progressiva, ainda tímida, ainda frágil, muito susceptível a quaisquer riscos, mas de qualquer maneira uma retoma da economia", que é uma boa notícia para os países mais vulneráveis, como Portugal.

"O próprio crescimento que se está agora a verificar na zona euro e na UE é muito importante, porque Portugal, apesar de ter conseguido nos últimos tempos, o que é ótimo, uma diversificação das suas exportações para outros mercados, como a China, como Angola, como o Brasil e outros, a verdade é que os principais parceiros de Portugal estão na Europa", salientou.

O presidente do Executivo Comunitário reforçou que a retoma "interessa imenso a Portugal, que tem de apostar no crescimento baseado nas exportações e também no investimento externo, porque a margem para

o aumento da procura interna é relativamente limitada".

Na mesma ordem de ideais, defendeu que as conclusões do primeiro dia da cimeira, "interessam a Portugal, interessam aos países ditos mais vulneráveis", que beneficiarão do reforço da união bancária, assim como da prioridade que os líderes europeus decidiram dedicar à economia digital, como forma de estimular o crescimento e criar emprego, sobretudo para os jovens.

"Muitos jovens andam à procura de emprego, e se há um sector na Europa onde há procura de profissionais é precisamente este, das tecnologias de informação, tudo o que tem a ver com a economia digital, com a informática (...) Os chefes de Estado e de Governo concordaram em dar a esta agenda a maior prioridade", salientou.

Portugal está representado na cimeira pelo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, que não prestou declarações após o primeiro dia de trabalhos, fazendo-o após a conclusão do Conselho.



Passos Coelho deu uma Conferência de Imprensa e regressa a Bruxelas no princípio de Novembro

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, vai reunir-se com o colégio de comissários, em Bruxelas, a 6 de Novembro, num encontro informal em que estará acompanhado por vários membros do Governo.

Fonte do executivo disse aos jornalistas em Bruxelas, à margem do Conselho Europeu, que nesta reunião com os comissários europeus, o Governo português estará representando por uma "delegação considerável" de membros do executivo, acrescentando contudo que a sua composição ainda não está fechada.

A mesma fonte adiantou que este encontro informal com o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso,

e o restante executivo comunitário deverá prolongar-se por todo o dia, estando previstas discussões sobre vários temas que dizem respeito a Portugal.

Pedro Passos Coelho, anunciou na sua habitual conferência de Imprensa pós-reunião, que Portugal decidiu integrar a iniciativa de França e Alemanha de encetar conversações bilaterais com os Estados Unidos sobre as relações entre os serviços de informações e protecção de dados.

Falando no final de um Conselho Europeu em Bruxelas, no qual o caso da espionagem pelos serviços secretos norte-americanos a líderes europeus entrou na agenda, na sequência da revelação de escutas ao telefone da chanceler alemã Angela Merkel, Passos Coelho disse ainda não ter “qualquer indicação de que Portugal poderá ter sido objecto de acções desta natureza”.

Todavia, e também por uma questão de solidariedade com os parceiros europeus, anunciou que “Portugal decidiu integrar igualmente a iniciativa que foi apresentada por Paris e Berlim, no sentido de “procurar, de forma bilateral, esclarecer estas questões que envolvem protecção de dados e questões de segurança e partilha” de informações de segurança.

“Nós quisemos no conjunto, todos os chefes de Estado e de Governo, fazer uma declaração conjunta, em que, além de manifestarmos a preocupação por estas circunstâncias, dizer também que estamos confiantes que a relação com os Estados Unidos deve ser preservada”, mas sublinhando também a necessidade de uma “relação de respeito”, afirmou o primeiro-ministro, admitindo que as notícias das escutas deixaram “todos bastante preocupados”.

Pedro Passos Coelho salientou que as conversações bilaterais de países europeus com Washington terão lugar “dentro do espírito de parceria e partilha de objectivos que se inserem na relação transatlântica”.

Na última madrugada, após o primeiro dia de trabalhos da cimeira, o presidente do Conselho Europeu anunciou que a França e a Alemanha vão realizar conversações bilaterais com os Estados Unidos sobre as relações entre serviços de informações e que deverão ser apresentadas conclusões até ao final do ano, numa iniciativa aberta aos restantes Estados-membros da União Europeia.

Herman van Rompuy advertiu que “a cooperação entre os serviços de inteligência é vital no combate ao terrorismo, tanto na Europa como nos Estados Unidos”, mas que “uma falha de confiança pode prejudicar” essa “necessária cooperação”.

Antes do início do Conselho Europeu, a chanceler alemã e o Presidente francês tiveram um encontro bilateral para discutir os casos de espionagem das autoridades norte-americanas.

Ao longo desta semana, Angela Merkel e François Hollande falaram telefonicamente com Barack Obama, depois de terem sido divulgadas notícias sobre alegadas escutas ao telefone da líder alemã e a milhões de chamadas de números franceses.

Os dois governantes teceram ainda duras críticas a estes casos de espionagem entre “países amigos” e exigiram esclarecimentos de Washington.

O Primeiro-Ministro português confessou hoje estar bastante confiante no resultado das avaliações e testes de ‘stress’ à banca portuguesa, manifestando esperança em que este processo possa trazer “trazer um clima

de confiança” ao sistema financeiro europeu.

O chefe do Governo português disse esperar que o processo de avaliação dos activos bancários europeus, levada a cabo pelo Banco Central Europeu (BCE), possa “trazer um clima de confiança” a todo o sistema financeiro e “ajude a mitigar a fragmentação que ainda existe”.

“O Governo português está confiante quanto ao resultado destas avaliações, bem como dos “stress tests” que se seguirão, esta é uma acção muito importante que antecede o início da supervisão directa [pelo BCE]”, considerou.

Passos Coelho afirmou que “os bancos portugueses estão devidamente capitalizados” e vivem “um clima de estabilidade financeira que é conveniente preservar”, frisando que dos 12 mil milhões de euros disponíveis para os bancos no programa de assistência financeira a Portugal só foram utilizados seis



mil milhões.

“A nossa confiança é bastante grande e julgamos que não virá a ser necessário recorrer a mais financiamento para esse efeito”, reforçou.

O Primeiro-Ministro saudou hoje, em Bruxelas, o início da actividade da ‘task force’ para o Mediterrâneo, que Portugal integra, sublinhando a urgência de uma abordagem mais coordenada ao nível europeu para lidar com a questão dos fluxos migratórios.

Pedro Passos Coelho lembrou que a Assembleia da República e o Governo português já expressaram o seu pesar pelo trágico acidente ao largo de Lampedusa, Itália, “que reflecte uma situação que aponta para uma necessidade urgente de uma abordagem mais coordenada a nível europeu sobre as questões migratórias”.

“Quero saudar o início da actividade do

grupo de trabalho, da ‘task force’ que Portugal integra, e cujas conclusões e propostas vão ser analisadas no Conselho Europeu de Dezembro, com vista à tomada de decisões operacionais relativamente às questões migratórias”, afirmou o primeiro-ministro.

Passos Coelho acrescentou que “todo o Conselho Europeu tem consciência” da importância das “políticas conduzidas quer pela União Europeia no seu conjunto, quer no plano bilateral”, considerando “essencial” a cooperação, a nível de segurança, mas também ao nível comercial, com os países de origem ou de transição para efeitos destes fluxos migratórios, “para ultrapassar, ou pelo menos para aligeirar, as consequências destes problemas que têm ocorrido”.

Na conferência de imprensa após o Conselho Europeu, também o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, disse haver um sentido de urgência em relação aos fluxos

O primeiro-ministro adiantou ainda na Conferência de Imprensa, que o Governo tenciona utilizar “pelo menos” 1500 milhões de euros do próximo quadro de fundos comunitários, na iniciativa da Comissão Europeia e do Banco Europeu de Investimento para apoiar o financiamento da economia.

“No caso português, nós utilizámos cerca de 500 milhões de euros desses fundos no actual QREN e tencionamos pelo menos triplicar esse valor no próximo quadro, mas esse não é um valor ainda fechado. É muito provável, tal como tem vindo a ser noticiado, que no curto prazo haja desenvolvimento quanto à criação de uma instituição financeira especializada para tratar deste tipo de actividade no nosso País, essa instituição beneficiará da colaboração com congéneres europeias para conseguir alavancar fundos e conseguir uma multiplicação a partir dos meios de que dispomos”, afirmou Pedro Passos Coelho.

O Primeiro-Ministro referiu que todos os líderes europeus reconheceram que “persistem problemas no financiamento da economia” e que na sessão de trabalho de hoje de manhã reafirmaram “a necessidade de multiplicar significativamente” os recursos da iniciativa da Comissão Europeia e do Banco Europeu de Investimento (BEI).

“Sabemos que é aflitiva a circunstância que estamos a viver em Portugal, de termos empresas com bons projectos de investimento e que não os conseguem concretizar simplesmente porque o acesso a financiamento, se não está vedado, tem um preço demasiado elevado, assim o nosso objectivo [europeu] é que as empresas não sejam penalizadas em função da sua geografia”, sustentou.

Esta acção conjunta (voluntária para os Estados-membros), que deve entrar em funcionamento em 2014, prevê que os países que queiram participar anunciem até Dezembro as suas contribuições financeiras, que serão alavancadas com o auxílio do BEI para apoiar especialmente as Pequenas e Médias Empresas.

“Sob proposta que tive ocasião de formular, estas conclusões reflectem uma maior ambição em matéria de financiamento à economia relativamente aos trabalhos de reflexão que deverão prosseguir, apontando para a possibilidade de virem a ser criados instrumentos para a securitização de empréstimos existentes e de garantias para empréstimos futuros”, adiantou.

A securitização de empréstimos (o segundo de três patamares possíveis nesta iniciativa da Comissão e do BEI) passa pela transformação de passivos financeiros em títulos negociáveis nos mercados.

“Esta possibilidade, que tinha sido avançada pelo Conselho Europeu em Junho, previa a possibilidade de utilização de fundos estruturais em conjugação com capital do BEI para alavancar esses fundos e permitir, com alguma engenharia financeira, que os meios disponíveis e alocáveis ao financiamento das Pequenas e Médias Empresas em particular seja aumentado de forma significativa; ora, foi isso que no Conselho, que teve lugar durante a discussão de hoje de manhã, se alcançou”, acrescentou o Primeiro-Ministro.

Nas declarações aos jornalistas, Passos Coelho defendeu ainda que a União Europeia tem de “levar mais longe a coordenação de políticas económicas” e frisou que os chefes de Estado e de Governo continuam “muito empenhados na superação da crise”. – Fonte: Lusa

1500 milhões de Euros de Fundos Comunitários para apoiar economia portuguesa

Debate Quinzenal do Primeiro-Ministro

O Presidente do PSD fez o encerramento das Jornadas Parlamentares, com sinais claros para a oposição

No encerramento das Jornadas Parlamentares conjuntas do PSD e do CDS/PP, o Primeiro-Ministro Passos Coelho, fez um dos mais importantes discursos dos últimos anos, pois estava em causa o fim do programa de assistência, e as condições que rodeiam este momento.

Passos Coelho, após ter cumprimentado os presentes, disse que iria fazer o contributo possível, tal como os outros Ministros, para trazer um pouco mais de luz à discussão da proposta orçamental.

Afirmou que este orçamento era discutido em situação de emergência, o que não poderia ser perdido de vista e que, infelizmente, todos os portugueses conhecem, e que resulta de estarmos à beira da bancarrota, em 2011, o que nos obrigou a recorrer à assistência externa e assim a aceitar um determinado número de compromissos e regras, impostos pelos nossos credores e que têm de ser cumpridos até ao termo do programa.

Só assim recuperaremos a nossa autonomia, mas que ninguém se engane, essa autonomia, trazendo-nos mais liberdade de escolha, tem de ser responsável e outra coisa é ter autonomia e ser irresponsável!

Mas a verdade é que a nossa situação, não é apenas uma de dificuldade conjuntural! Se assim fosse, a solução seria bem mais simples, embora igualmente dolorosa.

Se o nosso problema fosse apenas conjuntural, poderíamos resolvê-lo com medidas, fundamentalmente, de natureza fiscal.

Mas infelizmente, não é assim, o problema não é de natureza conjuntural e, portanto, não pode ser resolvido com medidas, também elas, conjunturais!

Não é pois, pela via de um aumento mais ou menos brutal de impostos, que resolveríamos a situação.

Pelo contrário, os erros estruturais dos últimos (pelo menos) 15 anos, levaram-nos a um desequilíbrio na nossa dívida pública, que se repetiu de ano para ano; e que de ano para ano se foi agravando, sem nunca cumprir os acordos europeus que tínhamos assinado e a que estávamos obrigados.

Nunca conseguimos ter défice igual ou inferior a 3% e assim com essa indisciplina orçamental, fomos acumulando dívida em cima de dívida!

Durante esses anos, houve uma prática constante de desorçamentação, que permiti-

tiu esconder esses excessos.

E a certa altura, entrou-se no caminho das parcerias público-privadas, que permitiu esconder, empurrando para o futuro, enormes dívidas e compromissos financeiros.

A essa irresponsabilidade financeira, juntou-se a falta de competitividade da nossa economia e assim tivemos rendimentos a subir muito acima da competitividade, mais sectores protegidos que absorviam recursos que deveriam ser alocados a sectores existentes em zonas de real competitividade.

Assim, durante anos, estivemos a “engordar” sectores que não produziam rendi-

medida de estabilidade e progresso, essenciais para a conquista desses objectivos.

“Estaremos muito empenhados em obter essa convergência, mas não deixamos já de sinalizar que, a partir de 2014, queremos que as empresas possam dar um contributo maior para o crescimento da economia e para a criação de emprego”, acrescentou.

Segundo o Primeiro-Ministro, o Governo procurou “dar um sinal importante para a economia” inserindo na proposta de Orçamento do Estado para 2014 “uma previsão de impacto” da reforma do IRC.

“Queremos, portanto, que a programa-

Passos Coelho afirmou que “a indefinição” sobre a “exequibilidade das medidas” do Governo “causará decerto a subida das taxas de juro” e pode criar “um stress elevado que dificultará o final do programa de assistência económica e financeira”.

“Se aquilo de que se trata é de clarificar e de ter maior grau de definição sobre o que vai acontecer, creio que se exige da parte de todos os intervenientes políticos e institucionais, um contributo para essa clarificação”, disse o Primeiro-Ministro.

Passos Coelho disse reconhecer “que há ainda alguma incerteza” que “não resulta de qualquer desconfiança quanto à solidez da coligação que suporta o Governo”, que “está forte e está coesa”.

“Essa incerteza está relacionada com uma certa indefinição que ainda reina quanto ao grau de exequibilidade das medidas que propomos, das medidas a que nos comprometemos com os nossos credores e do grau de compromisso da sociedade política no seu conjunto em matéria de médio e de longo prazo”, afirmou.

“Estou convencido que, enquanto essa indefinição per-

durar, os nossos juros das obrigações do tesouro a 10 anos, ou a cinco anos ou a dois anos, não aliviarão significativamente”, declarou.

O Primeiro-Ministro disse que “longe vai o tempo” em que “alguns deputados da oposição” atribuíam a descida das taxas de juro unicamente à acção do Banco Central Europeu.

“Está bem provado que há países em que é assim, e outros em que há dúvidas. Quando há dúvidas, as taxas aumentam ou mostram-se resilientes à descida”, afirmou.

O Primeiro-Ministro referiu-se também aos efeitos na percepção externa que os “muitos obstáculos internos” enfrentados pelo Governo tiveram.

“A necessidade recorrente de substituir medidas deu a muitas pessoas a ideia de que nós estávamos sempre a acrescentar medidas quando estávamos a substituir umas por outras, para atingir os mesmos resultados, sempre em condições piores. Isso, do ponto de vista externo, deu a percepção de que tínhamos dificuldade em cumprir”, afirmou.

Passos Coelho disse que “Portugal cumpriu melhor do que a Irlanda e há a



mentos condizentes aos meios financeiros que eram postos a sua disposição e criamos uma cultura de despesismo, apoiada em sectores que não criavam e mantinham o emprego sustentável e isso à custa de uma política que privilegiasse a poupança e o investimento produtivo.

Foi a acumulação desses comportamentos, que nos levou a beira do abismo. Por isso e para readquirirmos a nossa soberania, agora temos de actuar sobre as despesas do Estado, e fazê-lo de forma a que possamos transmitir ao exterior, que as acções que estamos a realizar agora, não resultam de ser a elas obrigados, mas porque se trata de uma vontade colectiva do Povo Português para regressar aos caminhos das boas práticas e da verdadeira independência.

E necessitamos também de ter mecanismos que preservem a coesão social e a coesão política.

Abordou a questão do empenhamento do Governo em conseguir “um consenso o mais alargado possível” e “um acordo com o principal partido da oposição” que dê estabilidade à reforma do IRC e às outras que, inevitavelmente, teriam de ser feitas, para garantir a sustentabilidade futura da recuperação de Portugal e o regresso a uma

ção que está feita e a previsão que existe de recuperação económica possa ser de alguma maneira alargada com estes mecanismos que estamos a prever no orçamento”, prosseguiu Passos Coelho.

Quanto à evolução da economia, o Primeiro-Ministro considerou: “As perspectivas de recuperação da economia são ainda frágeis, mas são melhores do que aquelas com que vivemos durante estes dois anos e meio, incomparavelmente melhores”.

“Temos do ponto de vista do crescimento uma previsão de 0,8%, mas temos do ponto de vista do equilíbrio externo, da balança externa, um excedente para alcançar de cerca de 3,4% do Produto Interno Bruto (PIB), o que nunca aconteceu desde que vivemos em democracia.

E esperamos também obter uma balança primária positiva, pela primeira vez em muitos anos, de 0,3%; e um excedente primário estrutural de 1,6%, coisa rara na nossa democracia”, assinalou.

O Primeiro-Ministro defendeu que a redução do IRC prevista para 2014 terá de ser alargada no futuro a outras áreas da economia, em particular ao IRS e “logo de seguida” ao IVA.

percepção de que isso não aconteceu”.

“No próximo futuro, prevemos um certo desagramento fiscal às empresas, a pensar no crescimento e no emprego, mas sabendo que esse desagramento terá futuramente de ser alargado a outras áreas da economia, em particular, como me parece evidente, aos impostos que incidem sobre o rendimento do trabalho, e logo de seguida impostos sobre o consumo”, afirmou o chefe do executivo.

O Primeiro-Ministro, olhando as atitudes correntes dos partidos da Oposição, sobretudo os que ambicionam governar (referindo-se ao PS), pediu-lhes que apresentem a sua própria proposta de Orçamento do Estado para 2014, que seja, de facto, uma alternativa ao do Governo, e que permita reduzir o défice para 4%.

“Os partidos da oposição também podem apresentar propostas, como é evidente. Podem até, como me sugeriam há pouco, ter mais de ambição e apresentar um orçamento alternativo, sobretudo aqueles que têm a ambição de governar”, afirmou Pedro Passos Coelho.

Segundo o Primeiro-Ministro, esse orçamento alternativo tem de obedecer a alguns princípios: “Respeitar as mesmas metas - que são indispensáveis para fecharmos o Programa [de Assistência Económica e Financeira] - para podermos, portanto, ter um défice de 4% [do Produto Interno Bruto], que é aquilo a que nos obrigámos; reduzir a despesa, não matar nem sufocar a economia e privilegiar a distribuição o mais equitativa possível dos esforços de consolidação”.

Um desafio à oposição: apresentem propostas alternativas

“Todos têm a possibilidade, e eu acrescento, o dever, por uma questão de pergaminho político e moral, de dizer o que defendem e quais são as alternativas que apresentam”, considerou o chefe do executivo, com grande aplauso dos deputados da coligação.

Embora tenha afirmado que o Orçamento do Estado para 2014 “não tem folgas”, Passos Coelho admitiu que os deputados façam alterações à proposta do Governo, com contrapartidas que salvaguardem o cumprimento da meta do défice.

“Da mesma maneira me dirijo aos parceiros sociais. Eles não podem apresentar directamente propostas de alteração, mas podem formular essas propostas alternativas, e os senhores deputados, se considerarem que essas propostas são viáveis e se enquadram dentro dos objectivos que temos de respeitar, não deixarão com



certeza de dar eco, de materializarem, na Assembleia, essas propostas”, acrescentou.

Passos Coelho pediu aos grupos parlamentares da maioria PSD/CDS-PP que “não deixem passar em claro afirmações populistas e demagógicas que prometem evidentemente os melhores resultados sem quaisquer sacrifícios”.

“Muitas vezes não conseguimos que os nossos interlocutores venham à discussão de forma informada e de uma forma responsável, mas a melhor forma de garantir que os portugueses têm direito a uma democracia representativa responsável é forçar, insistir junto daqueles que confrontamos para que digam como resolvem os problemas e que renunciem à facilidade e à demagogia”, defendeu.

O primeiro-ministro sustentou que a proposta de Orçamento do Estado para 2014 “reforça de certa maneira o equilíbrio e a equidade na repartição dos esforços dentro do Estado e fora do Estado”, impondo um “esforço adicional” aos sectores da energia e da banca, e “permitirá fechar o Programa de Assistência [Económica e Financeira]”.

De acordo com Passos Coelho, Portugal tem de “demonstrar uma cultura de responsabilidade orçamental que assente na diminuição da despesa”, embora seja “quase impossível” fazê-lo “sem nenhum recurso à área fiscal”.

No seu entender, é preciso também “um clima de cooperação institucional” para que “não se associe um processo de mudança apenas à vontade de um Governo ou de uma maioria” e “mecanismos que salvaguardem a coesão social e a coesão política”.

“Ora, a presente proposta de Orçamento do Estado procura responder a estes problemas e a estas necessidades”, afirmou.

Referindo-se às medidas que enformam o Orçamento, o Primeiro-Ministro defendeu

que, “se há alguma medida que precise de ser calibrada de outra maneira, isso terá de ter uma contrapartida em alguma outra medida do orçamento”, sem “recurso a mais impostos”.

Perante as bancadas da maioria PSD/CDS-PP, Pedro Passos Coelho declarou: “Quando tratarmos de reduzir ou flexibilizar uma determinada despesa, temos de apertar alguma outra, mas isso os senhores deputados já sabem que é assim, não estariam à espera de alguma outra coisa, porque senão o Governo não teria cumprido bem com as suas obrigações. Mas esse espaço, sendo limitado, portanto, dadas as condições em que vivemos, é um espaço que existe e que os senhores deputados devem aproveitar”.

A certa altura da sua intervenção, o Primeiro-Ministro ressaltou que “o Governo não envia a proposta de lei para carimbar no parlamento” e que “os senhores deputados têm, dentro das suas prerrogativas constitucionais, a possibilidade de melhorar esta proposta de orçamento”, respeitando os objectivos acordados por Portugal.

Segundo Passos Coelho, “a forma como no espaço público, em geral, se trata esta matéria, é demasiado ligeira” e “também este ano já se começou a notar um certo sinal de facilidade com que o tema é abordado”, com a insinuação de que “se os deputados podem alterar o orçamento, é porque ele tem folgas; se não tivesse folgas, não podia haver alterações ao orçamento”.

“Antes que este coro cresça - se calhar crescerá na mesma, mas eu vou dizer - este orçamento não tem folgas, é um orçamento demasiado difícil de executar. Uma parte dos riscos que enfrentamos tem de ver com os riscos de execução. E como não tem folgas, portanto, a margem para poder melhorar é a margem que qualquer um

tem, quando pesa alternativas e decide”, acrescentou.

Estas declarações de Passos Coelho são feitas no encerramento das jornadas parlamentares dos Partidos que apoiam o Governo e numa altura em que, segundo o “Diário Económico”, o Orçamento do Estado está a ser discutido no sob a “ameaça” de parte da poupança ali fixada como fundamental para cumprir os objectivos do programa de assistência e do total do Orçamento, poder ser considerada inconstitucional no Tribunal do Palácio Ratton. “Há ainda alguma incerteza que nos rodeia neste momento”, mas que não está relacionada com a coligação governamental, que está “forte e coesa”, disse Pedro Passos Coelho, no encerramento das jornadas parlamentares do PSD e do CDS.

Este Orçamento, segundo Passos Coelho, representa “uma mudança de paradigma pelo qual o Estado se guiou durante tantos anos”. Temos reduzido a despesa e, principalmente, renegociamos parcerias-público privadas, embora haja quem exija que numa legislatura, corrijamos os erros que, legislatura após legislatura, nos levaram à posição em que agora nos encontramos. Só nas renegociações das parcerias público-privadas reduzimos os encargos em quase 35 por cento. Em valores nominais, mais de 7 mil milhões de Euros. É pouco - dizem-nos. Eu sei: é mais fácil fazer as parcerias que renegociá-las. E é mais fácil contratar as despesas que reduzi-las!

Infelizmente, nesta fase que irá acelerar, não nos foi possível contar com o Partido Socialista, para o desenho dessas reformas. De resto, o PS parece não estar disponível para conversar sobre quase absolutamente nada e remete para a Assembleia da República tudo que possa constituir contributo alternativo.

E agora que acertamos o caminho da reforma do Estado, seria bom que o Partido Socialista, para essa reforma, possa juntar a sua vontade e a sua visão, porque isso é indispensável por transparência democrática.

Estamos a terminar. E agora que o fim do que desejamos se aproxima, é normal que tenhamos hoje um País que acusa algum cansaço pela forma como, politicamente, o processo de ajustamento teve de decorrer. Apesar disso, Portugal tem-se envolvido no processo, com extraordinária coragem e espírito de sacrifício.

Concluo, desejando a todos uma grande clarividência nos debates que vamos travar e pedindo a todos os deputados, que a cada momento, a cada hora, se lembrem desses sacrifícios que foram realizados, que os não deixem cair e lutem para que possamos devolver a Portugal uma mensagem de esperança, que é aquela que este orçamento pretende devolver. Muito Obrigado! - **Fonte: Audiovisuais PSD**



Conselho de Ministros de 24 de Outubro de 2013



O “guião da reforma do Estado” foi debatido em Conselho de Ministros e está em fase de conclusão, devendo ser aprovado na reunião do Governo da próxima semana, na quarta-feira, segundo o ministro da Presidência.

Esta informação foi avançada pelo ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Luís Marques Guedes, na conferência de imprensa sobre as conclusões do Conselho de Ministros.

“Esteve também no Conselho de Ministros o guião da reforma do Estado, conforme o senhor Primeiro-Ministro ontem [quarta-feira] também já tinha referido na Assembleia da República”, afirmou Luís Marques Guedes aos jornalistas. “Está em fase de conclusão, sendo esse guião para aprovar no próximo Conselho de Ministros, com a presença do senhor Primeiro-Ministro”, acrescentou.

O ministro da Presidência adiantou que “a intenção do Governo é que ele seja aprovada e divulgado na sequência do próximo Conselho de Ministros, que terá lugar antecipadamente na quarta-feira da semana que vem, uma vez que na quinta-feira de manhã se inicia o debate parlamentar sobre o Orçamento do Estado para 2014, com a presença de todo o Governo, quer na quinta, quer na sexta-feira”.

Antes, Luís Marques Guedes referiu que, devido à reunião do Conselho Europeu, o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, não esteve na reunião de hoje do Conselho de Ministros.

Na quarta-feira, durante o debate quinzenal no parlamento, em resposta ao secretário-geral do PS, António José Seguro, o primeiro-ministro anunciou que o “guião da reforma do Estado” estava agendado para a reunião de hoje do Conselho de Ministros e poderia ser utilizado na discussão da proposta de Orçamento do Estado para 2014 na generalidade, marcada para quinta e sexta-feira da próxima semana.

“O guião da reforma do Estado está agendado para este Conselho de Ministros. E, na próxima semana, o senhor deputado poderá utilizar na discussão do Orçamento do Estado para 2014 o guião sobre a reforma do Estado”, disse.

Ainda em resposta a António José Seguro, Pedro Passos Coelho pediu-lhe para não confundir o guião da reforma do Estado com a reforma do Estado. “A reforma do Estado iniciou-se já há dois anos e meio”, sustentou.

Diplomas do Conselho de Ministros

1. O Conselho de Ministros aprovou em versão final o regime excepcional e temporário de regularização de dívidas fiscais e à segurança social, permitindo a dispensa do pagamento dos juros de mora, dos juros compensatórios e das custas administrativas, bem como a redução significativa das coimas, nos casos de dívidas cujo prazo legal de cobrança terminou até 31 de agosto e sejam pagas até 20 de Dezembro de 2013.

O objectivo é conferir aos contribuintes uma verdadeira oportunidade de regularizar a sua situação tributária e contributiva, essencial para permitir o acesso ao novo quadro comunitário 2014-20.

O diploma agora aprovado visa permitir o reequilíbrio financeiro dos devedores, evitando situações de insolvência de empresas e permitindo a manutenção de postos de trabalho, bem como, no que às pessoas singulares respeita, permitir-lhes o acesso a um regime excepcional de regularização das suas dívidas de natureza fiscal e à segurança social.

2. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece o quadro legal e regulador para a gestão responsável e segura do combustível irradiado e dos resíduos radioactivos, transpondo uma directiva da União Europeia que estabelece um quadro comunitário para a gestão dessas matérias.

A directiva vincula os Estados-Membros a estabelecerem políticas nacionais adequadas para alcançar um elevado nível de segurança e proteger os trabalhadores e o público em geral contra os perigos resultantes das radiações ionizantes, evitando ainda encargos desnecessários às gerações futuras.

Marco António Costa em entrevista ao “Correio da Manhã”

“O País vive o momento da verdade: ou saímos do resgate, ou regredimos”



Marco António Costa Coordenador Permanente da CPN e Porta-Voz do PSD, concedeu uma entrevista ao jornal “Correio da Manhã”, na qual pede um “esforço de colaboração” ao Tribunal Constitucional e caracteriza este momento de próxima discussão do Orçamento de Estado como o “momento da verdade”

Correio da Manhã - A ministra das Finanças já disse que não há plano B. Se o Constitucional chumbar medidas que impeçam o Governo de cumprir o défice de 4% em 2014, não resta outra saída que não seja a demissão?

Marco António Costa - De uma coisa pode ter a certeza. Este Governo nunca irá virar as costas ao País. E este Primeiro-Ministro já deu provas disso. Não contem com o PSD para abrir crises, mas para resolver os problemas do País. Estamos a entrar no ano do fim deste resgate. É também o ano em que as previsões do desemprego são melhores do que as esperadas e em que o crescimento económico se confirma. Aquilo que se pergunta é se, face a tudo isto, será expectável que haja uma indiferença da

parte do Tribunal Constitucional sobre o momento decisivo que o País está a viver... este é o momento da verdade!

CM: Mas o Constitucional tem de se pronunciar sobre questões jurídicas e não cenários económicos...

MAC - Eu entendo, e muitos constitucionalistas que ajudaram o Governo entendem também, que estas leis cumprem integralmente os princípios e as normas constitucionais. Claro que é sempre possível haver outras interpretações. Quando entramos no campo da subjectividade, cada um pode ter a sua interpretação, o problema é perceber o quadro de fundo. E o que eu espero, sinceramente, é que tenhamos a capacidade de ver que o País vive o momento da verdade: ou saímos do resgate, ou regredimos.

CM - Então se existir um chumbo, o PSD vai culpar o Constitucional pelas consequências?

MAC: Não! Nós não temos uma visão punitiva da política. Não fazemos do Tribunal Constitucional um adversário político. Temos confiança no trabalho feito pelos especialistas que o Governo ouviu... estamos a falar de normas singulares para momentos singulares da nossa história.

CM - Mas este foi um Orçamento que frustrou muitas expectativas?

MAC - O Orçamento na sua globalidade cumpre aquilo que está anunciado há muito tempo, numa carta que o primeiro-ministro enviou aos nossos financiadores internacionais.



CM - Mas então isso não foi bem explicado...

MAC - Temos intenção de fazer um conjunto de sessões políticas, entre os dias 1 e 9 de Novembro, pelo País, com os membros do Governo a explicarem a mensagem do Orçamento.

Protocolo de Cooperação entre o Governo Português e o KfW para apoiar as empresas



No dia 28, o Governo Português, representado pela Ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, o Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro, e o Ministro da Economia, António Pires de Lima, reuniram com Ulrich Schröder, Chief Executive Officer (CEO) do KfW Group. Na reunião abordou-se a necessidade de melhorar as condições de financiamento da nossa economia, com o objectivo de fomentar o crescimento económico e o emprego.

O encontro foi seguido pela assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Governo Português, representado por Manuel Luís Rodrigues, Secretário de Estado das Finanças, Manuel Castro Almeida, Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, e Leonardo Mathias, Secretário de Estado Adjunto e da Economia, e o KfW representado por Ulrich Schröder.

O KfW é um dos maiores e mais experientes bancos

de desenvolvimento do mundo. O seu envolvimento na promoção de uma instituição financeira especializada será instrumental para a construção de tal instituição de acordo com as melhores práticas internacionais, beneficiando da vasta experiência das actividades do KfW ao nível da promoção do crescimento e do emprego desde 1948.

O objectivo do protocolo é promover e formalizar a cooperação entre as partes que o assinam, para o KfW aconselhar o Governo Português no desenvolvimento de uma instituição financeira especializada com mecanismos de financiamento destinados a apoiar as empresas, nomeadamente as PME, e assim estimular as oportunidades de crescimento e o emprego. O KfW está ainda disposto, junto do Governo Alemão, a abordar as possibilidades de financiar as PME portuguesas através desta instituição financeira especializada.- **Gab. PM**

Economia verde debatida em Bruxelas

O ministro do Ambiente defendeu, em Bruxelas, que a “economia verde” deve ser uma das prioridades de Portugal, numa altura em que se aproxima a saída do Programa de Assistência, pois esta é também uma área de crescimento económico rápido.

“Num momento em que Portugal se aproxima do final do memorando de entendimento, é necessário, a par da responsabilidade orçamental, que continuará a ter de estar connosco durante muitos anos, encontrar um novo modelo de desenvolvimento com reformas estruturais e com investimentos selectivos, apostando em áreas estratégicas”, sendo “uma dessas áreas o crescimento verde”, sustentou hoje Jorge Moreira da Silva.

O Ministro, que falava à margem de uma cimeira do chamado ‘Grupo do Crescimento Verde’ – que integra 13 Estados-membros da União Europeia -, salientou que “Portugal, que neste momento procura identificar opções que vão para lá de um resgate, um novo modelo de desenvolvimento que vá para lá do memorando de entendimento, facilmente conclui que a economia verde integra uma grande potencialidade, não apenas para a protecção ambiental, mas também para a criação de emprego e para um crescimento sustentável”, e não apenas no médio e longo prazo.

Além do mais, sublinhou, atendendo a que “o País precisa de apresentar sectores onde pode crescer, não só no futuro, como também no curto prazo”, a economia amiga do Ambiente “é uma área de crescimento que se situa em 4% ao ano”, disse, acrescentando ser difícil encontrar “muitas áreas que possam crescer em termos económicos com um nível como este”.

“Temos, nesta área, condições para gerar resultados económicos e emprego no curto prazo”, asseverou.



Moreira da Silva salientou que Portugal “tem recursos naturais muito significativos”: “Temos vento, água, sol, biodiversidade, mar, floresta” e ainda infra estruturas que já estão concluídas, um “grande investimento” feito na investigação e desenvolvimento nas universidades, e empresas inovadoras.

Por isso, disse, é sua intenção que em Portugal também possa ser lançado “um conjunto de iniciativas para tirar partido do crescimento verde”, razão pela qual já está em diálogo com o sistema científico, com universidades, com organismos públicos, com fundações, organizações não-governamentais e empresa, “precisamente

para aplicar também em Portugal um plano de acção para o crescimento verde”, beneficiando do facto de haver novas regras para o quadro comunitário 2014/2020, onde se fixa como imperativo alocar 20% dos fundos comunitários a um modelo de desenvolvimento mais limpo.

Ao nível da UE, Jorge Moreira da Silva defendeu que, num momento em que há mais dados que apontam para as consequências das alterações climáticas, mas também para a “imprescindibilidade de olhar para esta área como uma área de competitividade, crescimento e emprego, se justifica lançar esta plataforma que cria as bases para uma política mais integrada de clima e energia e que aponta para metas mais ambiciosas em 2030”, a serem fixadas desde já.

“A Europa está neste momento perante a necessidade de tomar uma de duas decisões: ou utilizar a crise económica, que afecta muitos países europeus, como uma desculpa para adiar decisões relativas a alterações climáticas; ou olhar precisamente para esta área como uma razão adicional para afirmar a sua liderança e o seu compromisso”, declarou.

O grupo da economia verde integra 13 países – Reino Unido, Alemanha, França, Itália, Espanha, Holanda, Portugal, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Eslovénia e Estónia – que, numa altura em que a Comissão Europeia se prepara para apresentar as opções para o novo pacote de Energia e Alterações Climáticas 2030, defendem uma agenda ambiciosa em termos de política ambiental, também do ponto de vista económico.



PSD pretende aliviar o esforço dos portugueses

As jornadas parlamentares conjuntas entre o PSD e o CDS-PP realizaram-se na segunda e terça-feira em Lisboa, naquele que foi um momento de explicação do Governo ao País, representado por todos os ministros, sobre o Orçamento do Estado. As jornadas foram subordinadas ao tema "Economia e Justiça Social".

Na abertura da iniciativa, o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, afirmou que as bancadas da maioria pretendem alterar a proposta de Orçamento do Estado, de forma a "aliviar o esforço sobretudo de quem tem rendimentos mais baixos". "Onde for possível aliviar o esforço sobretudo de quem tem rendimentos mais baixos, seja ao nível, por exemplo, da convergência das pensões da Caixa Geral de Aposentações com o regime da Segurança Social, seja ao nível das reduções salariais que estão previstas, tudo aquilo que pudermos fazer para encontrar alternativas, seja do lado da diminuição da despesa, seja do lado de algumas receitas que possam configurar um contributo maior de alguns sectores que tenham ainda essa margem para poder contribuir, isso serão melhorias que poderemos introduzir na proposta", declarou o presidente do grupo parlamentar do PSD.

Depois de apontar o "aprofundamento" da proposta de Orçamento do Estado para 2014 como um dos propósitos destas jornadas, o líder parlamentar do PSD acrescentou: "Não deixaremos de estabelecer um diálogo directo com os membros do Governo com vista também a podermos cumprir a nossa missão no parlamento relativamente não só ao debate na generalidade que ocorrerá esta semana, mas também subsequentemente ao debate na especialidade".

Luís Montenegro manifestou-se convicto de que, na fase de debate na especialidade, "os deputados da maioria conseguirão acrescentar mais-valia, acrescentar melhorias na proposta que está hoje em cima da mesa".

Luís Montenegro recordou que estas jornadas decorrem poucos dias antes do debate do Orçamento do Estado. Um orçamento, lembrou o parlamentar, que será o último da "era troika". "Estamos convencidos de que, com o trabalho que efectuámos, este será o último Orçamento com a nossa soberania condicionada".

Primeiro dia

Na sessão de abertura, o vice-Primeiro-Ministro, Paulo Portas, manifestou que este é o "primeiro orçamento com crescimento da economia, inspirador de um ciclo diferente" e que "é possível que Portugal esteja a poucas semanas de saber oficialmente que saiu de uma recessão técnica que durou mil dias", o que "tem uma tradução, a prazo, na vida das pessoas". Assim acontecerá, explicou, se o país apresentar dois trimestres a crescer sucessivamente, significando "a saída gradual da recessão". O vice-Primeiro-Ministro garantiu que o Governo vai fazer tudo para que Portugal não volte a pedir ajuda externa.

Por seu turno, a ministra das Finanças revelou que os partidos políticos podem, em conjunto, melhorar a proposta de Orçamento, preservando os seus objectivos essenciais. "As principais linhas da proposta de Orçamento do Estado foram já apresentadas aos portugueses e ao Parlamento.



Estamos, assim, num período de debate decisivo, um período em que o Governo tem oportunidade de fundamentar as suas opções, e um período em que os partidos políticos podem defender as suas opiniões e dar os seus importantes contributos", declarou Maria Luís Albuquerque. Segundo a ministra das Finanças, "este período de discussão focar-se-á inevitavelmente em questões de economia e de justiça social", precisamente os dois temas escolhidos pelo PSD e pelo CDS-PP para as jornadas.

O ministro da Educação, Nuno Crato, anunciou que o Governo está a preparar um decreto de lei para tornar obrigatórias provas de matemática e português no acesso à licenciatura em educação básica. Não se trata de provas de 'matemática A', mas "de um mínimo de matemática, de polinómios, de divisões de fracções, aquilo que os professores têm que saber quando estão a ensinar alunos do segundo ciclo", sublinhou.

Pedro Mota Soares frisou que o executivo contrariou "os credores" em relação a certas medidas de austeridade. O ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social deu vários exemplos das medidas que a "troika" queria impor, mas o Governo não aceitou: a redução do salário mínimo para os mais jovens, a introdução dos "mini jobs", igualar as regras dos contratos a termo e dos que não têm prazo. E "não ajustamos a idade da reforma para os 67 anos como a troika sugeria".

O titular da pasta da Saúde afirmou que o Governo vai estudar o impacto dos cortes no orçamento da Saúde na evolução das doenças dos portugueses, pelo que a direcção-geral de Saúde irá apresentar dentro de dias um relatório "com todos os tipos de doenças na nossa sociedade, o que passará a ser feito de forma sistemática", ou seja, abrangendo desde doenças cardiovasculares a infecções, HIV ou cancro.

Num balanço da governação nas áreas da responsabilidade do ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Luís Marques Guedes assinalou a redução das despesas fixas com pessoal nas áreas do desporto e juventude e o aumento do apoio dado aos comités olímpico e paralímpico, respectivamente, de 8 por cento e de 55 por cento.

O ministro dos Negócios Estrangeiros enalteceu as relações de diplomacia económica com os países de língua portuguesa, embora reconhecendo "problemas específicos"

em países como Brasil ou Angola, este último "agora muito na berra".

O ministro da Administração Interna defendeu que é preciso "empreender já" a reforma do Estado, ajustando as suas estruturas às "missões fundamentais" e diminuindo a despesa pública, para que futuramente se possa baixar a carga fiscal. O Estado deve tornar-se "mais eficiente, mais organizado" e contribuir para que "no conjunto do país" haja "contas sólidas".

Paula Teixeira da Cruz recordou os avanços conseguidos na área da Justiça, no sistema prisional, na justiça administrativa, na justiça económica e na Polícia Judiciária. "Também quero deixar uma palavra de esperança por termos conseguido cumprir tudo isto". "Estamos numa situação em que, apesar de todas as dificuldades, a criminalidade não aumentou", adiantou. "Temos de ter algum orgulho em nós e não nos devemos esquecer do que estamos no dia-a-dia a executar", concluiu.

Segundo dia

No segundo dia, o ministro da Economia defendeu que a reforma do IRC implica um "esforço especial de compromisso", salientando que o Governo e os partidos da maioria devem ter "humildade" para incorporar os contributos de outros partidos. "É importante que haja a humildade tanto do Governo, como por parte dos partidos que o suportam, do PSD e do CDS, para estabelecer um discurso construtivo, uma relação positiva, de forma a que possam ser incorporados nesta reforma os contributos da oposição, nomeadamente do maior partido da oposição", defendeu Pires de Lima.

O ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, referiu-se à necessidade de uma mudança de "paradigma" no sistema de abastecimento de água, em que o Governo defende a "agregação dos sistemas multimunicipais", para "reduzir custos" e a "disparidade tarifária". Moreira da Silva acusou ainda a oposição de querer fazer deste debate um "debate sobre a mercantilização e privatização da água", um debate que considera "preguiçoso e fácil", afastado do essencial que, considerou, é a "sustentabilidade financeira" do sector e a resolução das "disparidades dos tarifários".

Já o responsável pelo Desenvolvimento Regional fez um discurso em que enunciou as prioridades do Governo para o próximo ciclo de fundos europeus: competitividade e internacionalização da economia, fomento do capital humano, aposta na investigação, desenvolvimento e inovação, e inclusão social e emprego. A propósito do capital humano, Miguel Poiars Maduro referiu que a proposta do Orçamento contempla "prémios de desempenho e de eficiência e novas formas de gestão de recursos humanos" na administração pública, e deixou uma nota positiva sobre os funcionários públicos, dizendo que tem encontrado "excelentes profissionais" no Estado.

Por fim, a ministra da Agricultura e do Mar defendeu que há um "contraste entre o antes e o depois" nestes sectores. "Hoje, o Ministério da Agricultura e do Mar é visto como fiável, previsível, amigos dos agricultores e amigo dos investidores", destacou Assunção Cristas.



Utentes da Terceira “sem acesso a desintoxicações”



O PSD/Açores denunciou “as longas esperas a que são sujeitos os utentes do serviço de tratamento de dependências na Terceira”, referindo que os mesmos estão “sem acesso às comunidades de desintoxicação e recuperação no continente”, alertou o deputado Luís Rendeiro.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata lembra que “há muito que os familiares e utentes do Serviço de Adictologia do Hospital da Terceira se queixam desses atrasos. Ainda mais tratando-se de comunidades de tratamento da dependência de substâncias psicoactivas, que só existem no continente”, frisou.

Assim, Luís Rendeiro questiona a tutela sobre “o número de casos pendentes a aguardar resposta da Direcção Regional de Saúde, de modo a serem encaminhados para tratamento”, uma vez que “tais demoras são um problema para os utentes, sobretudo para os que sofrem com maiores problemas familiares e sociais”.

De acordo com o deputado do PSD/Açores, “há queixas de processos organizados e aprovados pelo Hospital de

Santo Espírito, e que não merecem o devido seguimento da Direcção Regional de Saúde. Há um atraso de, pelo menos, cinco meses, pelo que o Governo Regional deve dar a conhecer o tempo médio de espera entre a aprovação dos processos pelo hospital e devida autorização, para que os utentes sejam tratados”, adiantou.

“Não podemos deixar que questões burocráticas agravem problemas que já têm em si urgência suficiente. E as questões relacionadas com as dependências são dramas sociais graves, que não podem ser levados com ligeireza”, considera.

Luís Rendeiro lembra também que, recentemente, “o director regional da Saúde afirmou que os procedimentos de acesso àqueles serviços estão a ser revistos e renegociados, para uma melhor utilização dos recursos e maior controlo dos utentes”.

PSD/Açores quer ouvir Governo Regional sobre fundos comunitários



O grupo parlamentar do PSD/Açores requereu à Comissão de Economia a audição do vice-presidente do Governo, para que explique “a estratégia de utilização dos próximos fundos comunitários no período 2014/2020”, disse o vice-presidente da bancada laranja no parlamento, António Ventura.

“Recordo que o PSD entregou ao Governo Regional, em maio deste ano, o seu contributo sobre o próximo quadro comunitário de apoio. Agora, importa conhecer as posições do próprio Governo Regional”, avançou o social-democrata.

“Aliás, o Governo Regional deve informar e envolver o Parlamento sobre o processo de construção da

utilização destes fundos comunitários”, disse Ventura, explicando que, “no mesmo sentido, vamos requerer a audição de vários secretários regionais, relativamente a áreas sectoriais como a agricultura, as pescas, o ambiente ou a formação profissional”, concluiu o deputado do PSD/Açores.



Director: Vítor Crespo

Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Número 454 • 13 de Abril de 1983 • Preço 20\$00



O PSD é o maior partido e também o mais português

“O PSD é o maior partido e também o mais português”, esta a frase de António Capucho que escolhemos para «manchette» deste número, e que serve de epígrafe à reportagem que ilustra a verdadeiramente triunfal digressão de Mota Pinto pelo Norte do País. As fotos falam por si e dispensam legendas. Por todo o lado, o mesmo entusiasmo em torno de Mota Pinto e da mensagem do PSD. Um caminho que levará à vitória certa no próximo dia 25.





O povo e os sábios

João César das Neves (*)

Um dos grandes mistérios da situação portuguesa é que inúmeros dirigentes e intelectuais antecipam e incitam à revolta e ao tumulto social enquanto o País permanece sereno e ordeiro. Ambos os factos são estranhos. Como os analistas mostram razões ponderosas, o povo deve saber algo que eles ignoram. Três aspectos saltam à vista.

Primeiro, ao longo de duas décadas, especialistas e organizações avisaram que Portugal seguia uma trajectória insustentável que iria acabar mal. Banco de Portugal, OCDE, Comissão europeia, FMI e muitos cientistas anunciavam crescentemente a tempestade iminente. Ninguém podia dizer a data, a sequência ou os contornos, mas a linha geral era irreduzível. Por isso soam a oco as acusações que se dirigem aos governantes actuais. Eles são a comissão liquidatária dos erros dos antecessores. Espanta que entre os críticos mais activos estejam alguns desses.

Embedadado 20 anos pelo dinheiro fácil do Tratado de Maastrich, Portugal chegou à borda do abismo e precisa de inverter hábitos recentes para cortar despesas e repor o equilíbrio. Isto, todos entendem. A falácia básica de inúmeros comentadores, dos cafés à televisão é: "Quem viveu acima das posses foram ricos e poderosos, por que razão devo eu suportar os custos do esbanjamento alheio?" Felizmente, o povo, que não esqueceu como vivia antes e como a vida mudou com a dívida, entende a mentira por detrás da queixa.

Dinheiro fácil não foi só de ricos. Não havia senão endinheirados entre os utentes dos inúmeros serviços públicos com défice operacional, dos transportes e saneamento à saúde e educação? Seriam os múltiplos centros comerciais, onde prosperavam lojas inacreditáveis, apenas frequentados por abastados? Eram só poderosos a encher os inúmeros restaurantes, pastelarias e cafés que substituíam os antigos farnéis? Os pavilhões polidesportivos, auto-estradas, casas da cultura, parques industriais e tantas infra-estruturas novinhas, que brotaram por todo o lado, só se destinavam às elites?

Apesar das atoardas dos sábios, os portugueses entendem bem o longo delírio colectivo, onde todos obtivemos ganhos excelentes, pagos com dívida externa que agora temos de liquidar. O processo é difícil porque, depois de as termos, essas exigências ficam indispensáveis e inalienáveis. Mas vivemos felizes sem elas durante gerações.

É verdade que também houve erros e crimes, que devem ser punidos, e nem sempre são. Muitas vergonhas, como o BPN, continuam isentas. Também agora, neste difícil ajustamento, ocorrem novos lapsos e abusos. Mas é importante entender que tudo isso não chega para explicar um problema deste tamanho, só atingível com a participação de todo o País. Dizê-lo gera sempre a acusação injusta de desculpar os corruptos e incompetentes que nos meteram no buraco. Mas isso é tolice. Não se deseja aliviar culpados mas promover a indispensável solidariedade social no sofrimento. Não só porque realmente todos aproveitámos da longa festa, mas também porque a raiva é sempre má conselheira.

A terceira coisa que a população entende bem e tantos sábios teimam em ocultar é que revolta e repúdio da troika e dívida aumentariam a austeridade, não a reduziriam. É preciso equilibrar as contas e os milhões da ajuda permitem aliviar e adiar esses cortes que, mesmo assim, são pesadíssimos. Seriam bem piores sem apoio. Além disso, a única hipótese de o País voltar ao normal é ganhar a credibilidade e a honestidade de bom pagador.

Nem as alternativas míticas de crescimento que tantos inventam nem a revolta que levemente insistem em antecipar resolveriam a questão. A escolha actual é entre um caminho duro e exigente, com aperto e mudança de vida, para voltarmos ao desafogo, ou o estatuto de pária internacional, aparentemente aliviado da dívida, mas deixando de ser país respeitável. Além de continuar a apertar o cinto porque, afinal, até esquecendo os juros, o Estado ainda gasta mais do que tem.

É espantoso que o povo entenda isto suportando serenamente os cortes. Mas ainda mais do que os sábios, não.

(*) *Professor Catedrático, Economista, colunista* ©DN



Exercício impossível

Ângelo Correia (*)

Existem factos na vida política que só se podem explicar pela indigência cultural de quem os protagoniza. A insistência com que alguma oposição questiona o Governo sobre um eventual segundo resgate ou um programa cauteloso de apoio é disso exemplo.

Comecemos pela natureza do problema: se Portugal não conseguir cumprir os seus compromissos perante a troika, e ao se apresentar nos mercados procurando financiamento o não conseguir ou o obtiver a taxas de juro incompatíveis, o segundo resgate está à vista, ou seja, a realização de um novo programa com 'mais do mesmo' que até agora tivemos. Se Portugal cumprir os compromissos e os mercados também exibirem uma relativa tolerância perante as nossas necessidades financeiras, apenas precisaremos de um mecanismo de suporte, fornecido por um instrumento dessa natureza que intervirá se tal for necessário e quando o for. Estaremos então mais próximos da Irlanda, ao passo que no primeiro cenário nos aproximávamos da Grécia.

Quanto à escolha de uma ou outra metodologia, não podemos defini-la, pois tudo depende da evolução da execução orçamental nos próximos meses, das possibilidades de recurso aos mercados, da estabilidade política que exibiremos e das perspectivas da nossa economia.

Por isso, convém perceber que não é agora que se formulam escolhas ou opções. É o futuro que as vai determinar, e a única atitude que um governo sério faz é preparar tudo para que ele seja o mais favorável a Portugal, e, simultaneamente, organizar o País para qualquer emergência que se verifique a médio prazo.

O Governo não escolhe a opção. Prepara-se para a melhor, mas também não esquece a pior. Por isso, quando a oposição clama por um caminho já definido, é a mesma coisa que pedir ao Governo que tenha uma bola de cristal e a olhe com tanta precisão que passe a conhecer o futuro. O que uma oposição consciente e patriótica deveria fazer, seria centrar a discussão nacional sobre a melhor forma de percorrermos o caminho para conseguirmos em meados do próximo ano a melhor opção, ou seja, a menos difícil de aceitar pelos portugueses. Mas não, interroga tudo e todos sobre uma escolha que não é para agora. Às vezes percebemos que os 'Deuses devem estar loucos'.

... Pior que isso é quando os da terra já passaram desse estado.

(*) *Gestor*



Exercício impossível

Vasco Pulido Valente (*)

Para José Sócrates a classificação de quem o contraria é simples: o PSD é um conjunto de “pulhas” e de “filhos da mãe” (calculo que a expressão foi, por assim dizer, mais vernácula), e em geral “a Direita é hipócrita”. Santana, esse, “é um bandalho”.

Teixeira dos Santos teve “uma atitude horrível connosco”, ou seja, com ele. Schäuble, o ministro das Finanças da Alemanha, é um “estupor”. E por aí fora. De resto, ele, Sócrates, quando falhou (e, na opinião dele, quase não falhou) não teve nunca a mais vaga responsabilidade ou culpa: a verdade está em que grupos de “pistoleiros”, incluindo a Casa Civil do Presidente da República, tentaram sempre impedir que ele governasse e espalharam infames calúnias para “atacar” o seu impoluto “carácter”. Apesar de Primeiro-Ministro, não passou de uma vítima...

Vale a pena repetir o que toda a gente já sabe? Vale, porque este “Chefe” (como ele mesmo se descreve) e este “acrisolado democrata” (como ele se declara) saiu do assento etéreo onde subira, com um saco de ressentimento e ódio, que excede, e excede por muito, o de qualquer político desde que existe um regime representativo em Portugal. Ninguém, por exemplo, disse como ele que não queria voltar a “depende do favor do povo”, a quem atribui uma larga parte das suas desventuras.

Dar uma réstia de poder a semelhante criatura (visto que Deus não parece preparado para o ungir) seria inaugurar uma campanha de represálias contra Portugal em peso: contra a “aristocracia” do PS (que ele se gaba de ter “vencido”), contra a Direita, contra o velho Cavaco, hoje apático e diminuído, e principalmente contra o Povo, que não votou por ele em 2009.

Ora Sócrates, protestando o seu desinteresse pela vida pública e as suas novas tendências para a filosofia, com a convicção de um adolescente analfabeto, só pensa em abrir o caminho para um memorável ajuste de contas.

Uma entrevista justificatória na RTP, um programa de “opinião” também na RTP e, agora, o lançamento de um “livro”, para inaugurar um estatuto de “intelectual”, a que nem sequer faltou Mário Soares, Lula da Silva e uma assistência de “notáveis”, seleccionados por convite. O supracitado “livro”, absolutamente desnecessário, é de facto uma prova escolar (uma “tese” de mestrado), sem uma ideia original ou sombra de perspicácia, que assenta na larga citação e paráfrase de (...vá lá, sejamos generosos) 30 livros, que se usam pelo Ocidente inteiro, e em algumas fantasias francesas (Sciences Po oblige).

O extraordinário não é que Sócrates se leve a sério, o extraordinário é que o levem a sério! Mas, claro, o “lançamento” não foi de um “livro”!

(*) **Professor Universitário, Historiador, Colunista de © “Público”**



Exercício impossível

António Rodrigues (*)

A Europa volta a encontrar-se consigo própria. Depois das eleições alemãs e belgas, o Conselho Europeu reúne-se com um desafio muito particular.

Como promover a ideia de Europa junto dos cidadãos dos Estados Membros, de modo a que estes se sintam cidadãos europeus.

Como vencer o desafio de convencer 450 milhões de europeus sobre a viabilidade do projeto europeu.

Como lançar um apelo à bondade de um projeto coletivo acima dos Estados Membros, fundado numa ideia de qualidade de vida e de melhora das condições de vida dos europeus.

O projeto europeu precisa dos cidadãos. O projeto europeu precisa de decisões. O projeto europeu precisa de todos nós.

Essa Europa precisa de consenso.

Essa Europa precisa de concertação de Estados, de Governos, de Partidos.

Essa Europa precisa de convicção e solidariedade.

Daqui a alguns meses seremos chamados a dizer qual é o nosso projeto europeu.

Daqui a poucos meses precisamos que os cidadãos reafirmem a sua vontade no projecto europeu.

A Europa que precisa de união bancária para criar sustentação do projeto do Euro.

A Europa que precisa que se demonstre a solidariedade e tome medidas, que não permitam novos dramas em Lampedusa ou noutra local qualquer.

A Europa precisa de vencer as suas dificuldades no desemprego e particularmente no desemprego jovem.

Essa Europa existe, está aqui à nossa mão e só carece da nossa vontade.

É essa Europa que vai ser preciso discutir nos próximos meses. É essa Europa que tem de ser explicada até às eleições europeias.

É essa Europa que vamos discutir com uma nova Comissão Europeia, um novo desafio ao Conselho Europeu. Um novo Parlamento Europeu que vamos eleger no próximo mês de Maio.

As questões que se colocam são simples:

- Acreditamos que o próximo Conselho Europeu dê passos decisivos para a edificação, com carácter definitivo, da União Bancária e da conclusão de todo o “edifício” enquadrador que faltava, da construção do projeto da moeda única?
- Qual a perspetiva quanto à aprovação do projeto de financiamento da Garantia Jovem como uma das alavancas mais relevantes para combater o desemprego jovem.
- No domínio da política de imigração, como pode a Europa alterar as suas decisões para minimizar e combater os fenómenos que causaram o drama de Lampedusa, sem ser com o simples reforço de financiamento do Frontex. Porque importa impedir que os mais inocentes continuem a morrer enquanto a Europa observa.

Por outro lado, o Governo entregou recentemente a proposta de Acordo de Parceria junto das instituições europeias. Importa realçar a relevância que esse instrumento funciona para apoiar o desenvolvimento do nosso país. E nesse quadro importa ainda apurar qual a recetividade que o documento merece de Bruxelas e se a aprovação do mesmo permitirá a entrada em vigor dos novos fundos comunitários em inícios de 2014.

Um dos desafios mais determinantes nos próximos meses junto dos cidadãos europeus, é dar-lhes esperança.

Esperança no Projeto Europeu.

Devolver esperança aos jovens e aos desempregados de que a sua condição de vida vai melhorar.

Que não basta proclamar fé e convicção mas demonstrar que na Europa - homens e instituições - merecem essa confiança.

O que é necessário, mais de que campanhas de sensibilização para o Projeto Europeu, é que haja decisões que melhorem a vida das pessoas.

Se os Governos se colocarem estes propósitos – que não podem ser meras declarações políticas- então teremos assegurado o mais importante: que os cidadãos dos Estados Membros se sintam verdadeiros cidadãos europeus.

O Conselho Europeu não é um fim. Deverá ser pelo menos o primeiro passo para este novo desafio, em que as chaves do Sucesso, são: Emprego – Euro – Imigração – Desenvolvimento económico.

(*) **Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD**



Um choque de confiança

Jaime Quesado (*)

A Confiança é a chave central do funcionamento de uma sociedade. Sem confiança, os cidadãos não se mobilizam para o futuro nem as instituições são capazes de protagonizar a sua própria mudança. Nunca tanto como agora a Confiança é vital e também na Economia precisamos de uma “Agenda de Mudança” que mobilize os agentes empresariais e outros para as reestruturações que têm que ser levadas a cabo. Ou seja. Os agentes empresariais, para utilizar a feliz expressão de Ram Charan recentemente entre nós, “têm que reinventar a sua missão, alterar a estrutura de financiamento e projectar novos produtos e serviços para o futuro”. Essa mudança é a chave para que a Economia volte a crescer e Sociedade se reencontre com a ambição estratégica do seu próprio futuro.

Esse “Contrato de Confiança” entre o Sistema Financeiro e o Sistema Empresarial não pode de forma alguma assentar unicamente numa definição formal por decreto avalizada pelas Autoridades Centrais – tem que se materializar na operacionalização efectiva de acções concretas no dia-a-dia da actividade económica, centradas na activação dos circuitos em que assenta a cadeia de valor da criação de riqueza e que envolve todos aqueles que conseguem acrescentar uma componente de diferenciação qualitativa na concepção de novos produtos e serviços. As Empresas têm que dar provas concretas de que estão claramente apostadas num projecto estratégico de modernização qualitativa, mas a Banca tem que saber assumir de forma objectiva o seu papel de Parceiro Operacional activo neste projecto colectivo de reinvenção da Economia Portuguesa e da sua capacidade de afirmação internacional.

São sobretudo duas as áreas que exigem uma intervenção sistémica – profunda renovação organizativa e estrutural dos sectores (sobretudo) industriais e aposta integrada na utilização da Inovação como factor de alavancagem de criação de valor de mercado. A mobilização activa dos “actores económicos” numa lógica de pacto estratégico operativo permanente terá que ser uma condição central no sucesso desta nova abordagem, sob pena de intervenções isoladas não conseguirem produzir de facto os efeitos desejados. Este Novo Contrato de Confiança terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras.

É de facto fundamental que os outros actores do Sistema, com particular incidência para a Banca, assumam as suas responsabilidades. O que está verdadeiramente em causa é a capacidade de o sistema voltar a ganhar capacidade de autofuncionamento em rede. Isso exige Confiança para o Futuro. Impõe-se por isso um Novo Contrato Estratégico na Economia Portuguesa. Uma Nova Agenda Económica ganha assim sinais de prioridade. Será o passo fundamental para fazer reganhar a confiança para o futuro

(*) **Professor Universitário**



O beato Sócrates

Luciano Amaral (*)

Começou a era da beatificação do Sócrates. A “narrativa” difundida por aí por diversos amigos é mais ou menos a seguinte: com o PEC IV tudo ia ficar bem, sem troika nem nada, não fosse a traição de Cavaco, Teixeira dos Santos e Passos. Seríamos felizes hoje.

Mas vejamos: os vários PEC, sempre falhados, eram o equivalente dos actuais orçamentos fracassados. Até quando esperava Sócrates que o PSD assinasse por baixo de cada um deles?

Depois, quem garante que a novo falhanço não se seguiria mesmo a troika? É com esta “narrativa” surreal que Sócrates, velho amigo do falecido Chávez, anda por aí a vingar-se: escreve livros com umas coisas contra a América, caucionados por Lula, e reúne a brigada do reumático de 2010.

Ou seja, a grande alternativa ao actual “miserabilismo” troikista é este terceiro-mundismo cheio de ressentimento e sede de vingança contra “estupores” e “bandalhos”. É isto ou então o suave Tozé. Valha-nos Deus.

Professor Universitário © CM

PORTUGAL
NO RUMO CERTO!
ORÇAMENTO DO ESTADO 2014



1. Novembro - 21H00 - Hotel Sana Lisboa

contará com a presença de:

Miguel Pinto Luz
Carlos Moedas
Pedro Passos Coelho

Hotel Sana Lisboa
Av. Fontes Pereira de Melo - Lisboa

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2013 (Sexta - Feira), pelas 21h00 na sede, sita na Quinta dos Oliveiras em Águeda, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações.
- 2 - Análise da situação política - partidária

ALBERGARIA - A - VELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Albergaria - a - Velha para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 06 de Dezembro de 2013 (sexta-feira) pelas 18h00, na Sede, sita na Rua Padre Matos, Edifício Amazonas, Entrada 4, R/C Esq, A/B, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota

Notas:

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir, até 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A sede estará aberta, nesse dia, entre as 18h00 e as 20h00

- As urnas estarão abertas entre as 18h00 e as 21h00.

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 15 de Novembro de 2013, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Av. Alcaldes de Faria, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política e partidária
- 3 - Outros assuntos

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2013 (Sexta-feira), pelas 2h00, na sede sita na Avenida Tenente Valadim, nº 47, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Análise dos resultados eleitorais
- 2 - Outros assuntos

ENTRONCAMENTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Entroncamento para reunir no próximo dia 09 de Novembro de 2013 (sábado), pelas 15h00, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política local e nacional
- 2 - Outros assuntos

FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se Assembleia de Secção de Felgueiras, para reunir no próximo dia 30 de Novembro 2013 (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Rua Luis de Camões, Loja r/c, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política e Mesa da Assembleia de Secção

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Leiria para reunir no próximo dia 29 de Novembro de 2013 (sexta-feira), pelas 18h00 na Sede, sita na Rua Dr. José Jardim nº 32, em Leiria, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa de Secção, ou a quem estatutariamente possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00.

MIRANDELA

Ao abrigo dos Estatuto Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mirandela para reunir no próximo dia 30 de Novembro de 2013 (Sábado) pelas 15h00, na Sede, sita na Av. 25 de Abril, nº 273 sub - loja Esq, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política e Mesa da Assembleia de Secção de Mirandela.

Notas:

- As listas candidatas deverão ser entregues, na sede da Secção, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

MONTIJO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Montijo, para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2013, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede sita na Praça da República, nº 12, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Informações, análise da situação política

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se Assembleia de Secção de Ponte da Barca para uma reunião no próximo dia 07 de Dezembro de 2013, (sábado), pelas 17h00, na Sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política e Mesa da Assembleia de Secção.

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 17h00 às 20h00.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se Assembleia de Secção do Porto, para reunir no próximo dia 06 de Dezembro 2013, (sexta-feira) pelas 18h30, na

sede, sita na Rua Guerra Junqueiro, 64, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política da Secção e Mesa da Assembleia de Secção

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, Rua Guerra Junqueiro, nº 64, ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 18h30 às 23h00

PORTO / NÚCLEO LITORAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Litoral do Porto para reunir no próximo dia 07 de Novembro 2013 (quinta- feira) pelas 21h30 na Sede sita a Rua de Diu 139 r/c., com a seguinte Ordem de Trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Assunto de interesse para o Núcleo

S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD,, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 08 de Novembro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede sita no Centro Comercial Castilho, loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Eleições Autárquicas 2013 - análise dos resultados
- 3 - OE 2014 - Portugal no Rumo Certo
- 4 - Análise da situação político-partidária

S. PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de S. Pedro do Sul, para reunir no próximo dia 09 de Novembro de 2013, (sábado) pelas 21h00, no Hotel do Parque, sito nas Termas de S. Pedro do Sul, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da situação política

SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sever do Vouga para reunir no próximo dia 08 de Novembro de 2013 (Sexta-feira), pelas 18h30, na sede sita na Rua do Casal, com a seguinte:

Ordem do trabalhos

- 1 - Análise dos resultados eleitorais
- 2 - Análise da situação política.

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Sintra, para reunir, no próximo dia 14 de Novembro de 2013 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, 7, R/C, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Análise da situação política
3. Apresentação do Plano de Actividades para 2014

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se Assembleia de Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 30 de Novembro 2013, (sábado) pelas 17h00, na sede, sita na Rua Adriano Pinto Basto, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 - Eleição da Comissão Política de Secção

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 17h00 às 20h00

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real para reunir no próximo dia 15 de Novembro de 2013 (Sexta-feira), pelas 21h00, na sede sita na Rua da Boavista, n.º 11, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto Único - Análise da situação política.



POR LAPSO DOS SERVIÇOS ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os militantes da concelhia de Guimarães para reunirem em Plenário eleitoral de secção, no próximo dia 22 de Novembro de 2013, na sede do PSD Guimarães, sita no Largo do Toural n.º 125, 1.º, Guimarães, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Comissão Política da JSD Concelhia de Guimarães.

Notas:

As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua estatutariamente até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoco Plenário da Concelhia da JSD Torres Vedras, para o dia 30 de Novembro de 2013 (Sábado), pelas 17h, na Sede de Secção do PSD de Torres Vedras, sita na Rua 9 de Abril, 1 – 3.º, em Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário da JSD Torres Vedras

Notas:

a) As listas candidatas devem ser entregues na Sede de Secção do PSD/Torres Vedras, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem o possa estatutariamente substituir até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 17h às 19h.

ALMADA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da Concelhia de Almada, para reunir no dia 07 de Dezembro de 2013, pelas 21h, na sede do PSD Almada, sita na Rua Pedro Nunes nr 3º -B (traseiras), Cova da Piedade, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Apresentação do Relatório de Actividades do mandato 2011/2013;

2- Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Concelhia;

3- Homenagem ao fundador do PSD Dr. Francisco Sá Carneiro.

Nota:

As urnas estarão abertas pelo período de 2h, (21h30 às 23h30).

As listas candidatas deverão ser entregues ao presidente de Mesa ou a quem o substitua estatutariamente, na morada supra citada, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

ALBERGARIA-A-VELHA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD e Regula-

mentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia de Albergaria-a-Velha, para reunir no dia 6 de Dezembro de 2013, pelas 21 horas, na Sede do PSD sita na Rua Padre Matos Edf. Amazonas Entrada 4 R/C Esq. A/B, na Cidade de Albergaria-a-Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas das 21h30m às 22h30m.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o substitua estatutariamente, na Sede do PSD Albergaria-a-Velha na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

OEIRAS

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia de Oeiras, para reunir no dia 30 de Novembro de 2013, pelas 18 horas, na Sede do PSD, sita no Largo Avião Lusitânia n.º 15, Oeiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18h00m às 20 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o substitua estatutariamente, na Sede do PSD/Oeiras na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Por lapso dos serviços esta convocatória pertence ao Povo Livre de 2 de Outubro de 2013

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Pombal, para reunir no próximo dia 09 de novembro (sábado), pelas 18 horas, na Sede do PSD de Pombal, sita na Rua Dr. Luís Torres, N.º4, 2.º, Pombal, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa de Plenário Concelhio da JSD de Pombal.

Nota: As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa, ou a quem a possa substituir estatutariamente, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 18h – 20h.

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Leiria, para reunir no próximo dia 30 de novembro de 2013, pelas 16h30m, na Sede Concelhia da JSD de Leiria, sita na Av. José Jardim, N.º 32, em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa e da Comissão Política Concelhia da JSD/Leiria.

Nota: As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa, ou a quem a possa substituir estatutariamente, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 16h30m – 18h30m.